



PARECER PRÉVIO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11064/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Amintas Junior Lopes Pinheiro (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM A540, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4514, Livia Rocha Brito - 6474, Pedro de Araújo Ribeiro - 6935, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5204/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro** na prefeitura de Boa Vista do Ramos, no exercício de 2016, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/1988 c/c art. 127, da CE/1989, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/1997.

- 11- **Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 30 de Março de 2021.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge



PARECER PRÉVIO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11064/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Amintas Junior Lopes Pinheiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM A540, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4514, Livia Rocha Brito - 6474, Pedro de Araújo Ribeiro - 6935, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5204/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Representação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro**, responsável pela Prefeitura de Boa Vista do Ramos, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, “b”, “c” e “d” e art. 25 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.2. Considerar em Alcance ao **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro** no valor de **R\$ 177.333,47** (cento e setenta e sete mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos), correspondente à somatória do montante de **R\$ 96.435,11** (noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e onze centavos), referente ao débito apurado, correspondente às restrições enumeradas nos subitens 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.2.1, 3.1.2.2, 3.1.2.3, 3.1.2.4, 3.1.2.5, 3.1.2.6, 3.1.2.7, 3.1.2.8, 3.1.2.9, 3.1.2.10, 3.1.2.11, 3.1.2.13 e



ACÓRDÃO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

3.1.3.1 relativos à Carta Contrato n.º 002/2015, com o montante de **R\$ 80.898,36** (oitenta mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), referente ao débito apurado, correspondente às restrições enumeradas nos subitens 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.2.1, 3.2.2.2, 3.2.2.3, 3.2.2.4, 3.2.2.5 e 3.2.3.1, relativos à Carta Contrato n.º 001/2015. Todos os itens mencionados constam no Relatório Conclusivo da DICOP (fls. 1119/1150), e foram reproduzidos no Relatório/Voto que fundamentou a decisão.

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, mencionado no item 03, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução n.º 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 (trinta) dias**, ficando a DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

10.3. Considerar em Alcance ao Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro no valor de **R\$ 3.132.542,89** (três milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), em razão das restrições correspondentes aos itens 34, 35, 37, 38, 42 e 43 do Relatório Conclusivo da DICAMI (fls. 4178/4222 dos autos), reproduzidos no Relatório/Voto que fundamentou a decisão.

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, mencionado no item 04, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução n.º 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 (trinta) dias**, ficando a DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

10.4. Considerar em Alcance ao Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro no valor de **R\$ 32.800,00** (trinta e dois mil e oitocentos reais), em razão da restrição correspondente ao item 23 do Relatório Conclusivo da DICAMI (fls. 4178/4222 dos autos), reproduzido no Relatório/Voto que fundamentou a decisão.

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, mencionado no item 05, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução n.º 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 (trinta) dias**, ficando a DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as



ACÓRDÃO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) diante das impropriedades remanescentes identificadas pela DICOP nos subitens nº 3.3.1.1, 3.3.1.2, 3.3.2.1, 3.3.3.1, 3.3.3.2, 3.3.3.3, 3.3.3.4 e 3.3.4.1 em seu Relatório Conclusivo (fls. 1119/1150 dos autos) e identificadas pela DICAMI nos itens 01 a 05 em seu Relatório Conclusivo (fls. 4178/4222 dos autos) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, caracterizando não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência ou decisão do Tribunal, além de atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza fiscal, contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, “a” e VI, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, II, “a” e VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM).

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 06, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.6. Aplicar Multa ao Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) diante das impropriedades remanescentes identificadas pela DICAMI nos itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 42 em seu Relatório Conclusivo (fls. 4178/4222 dos autos) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, caracterizando sonegação de



ACÓRDÃO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal e atos de gestão ilegítimos e antieconômicos que resultaram em injustificado danos ao erário, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, “b”, e V da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM).

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 07, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.7. Recomendar à Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos que:

10.7.1 Faça constar no Demonstrativo das Licitações realizadas pelo Órgão, quando apresentar as Prestações de Contas Anuais a esta Corte, todos os procedimentos licitatórios realizados no exercício, sob pena de ser responsabilizado e penalizado;

10.7.2 A administração municipal observe com rigor tanto a Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/1993) quanto a Lei Federal nº 4320/1964 no que se refere a empenhos e pagamentos, para evitar situações como ocorreram no exercício em análise, em que contratos tiveram as primeiras medições equivocadamente pagas antes da realização dos serviços, bem como observe com rigor o disposto na Lei do FUNDEB (Lei Federal nº 14113/2020);

10.7.3 Nas próximas prestações de contas sejam observados com rigor os prazos de envio de dados a esta Corte de Contas, evitando



ACÓRDÃO Nº 4/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

assim a penalização do gestor em razão do atraso na remessa de documentos;

10.7.4 Institua as adequações normativas e organizacionais do município necessárias para atender às exigências da legislação tributária, inclusive por meio da criação de cargos e realização de concurso público.

10.8. Determinar à DICAMI que, tendo em vista que os documentos constantes às fls. 3542/4177 dizem respeito, em boa parte, ao exercício 2017, verifique se já existem ou não cópias da referida documentação nos autos apropriados, adotando assim as medidas necessárias para tanto.

10.9. Representar ao Ministério Público Estadual contra o Ordenador de Despesa, remetendo ao Órgão cópia integral dos autos para que adote as medidas que entender devidas no seu campo de atuação institucional.

10.10 Arquivar o processo após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Março de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral